



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Exatamente as 19:00 horas do dia 22/02/2021, em segunda e última chamada o Presidente do Conselho Deliberativo do CAJ, Sr. Ivan Antipov, agradeceu a presença de todos e deu início a reunião. Em seguida passou a palavra ao Sr. Claudio Lipai, Vice-Presidente do Conselho para proceder a leitura do Edital nos termos que seguem. São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.- PCD 110/2021. **CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.** IVAN ANTIPOV, Presidente do Egrégio Conselho Deliberativo do Clube Atlético Juventus, no cumprimento de suas atribuições, convoca os digníssimos Conselheiros e digníssimas Conselheiras, em pleno gozo de seus mandatos e direitos associativos, além de quites com os cofres do Juventus, para comparecerem à **Reunião Extraordinária** que se realizará no dia **22 de Fevereiro de 2021, às 18:30 h** em primeira chamada, com a presença de metade mais um de seus membros efetivos (50+1) ou em segunda e última chamada às **19:00 h** então com qualquer número de Conselheiros/as, nas dependências do **Salão Nobre**, localizado em sua Sede Social e Administrativa, situada nesta Capital, na Rua Juventus, nº 690, Parque da Mooca, para debater e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1) Manifestação do Corpo Diretivo do Conselho Deliberativo. 2) Para atendimento ao que determinam os Artigos 72 e 73 do Estatuto Associativo informação ao Plenário sobre a composição das Comissões: Sindicância, Reforma Estatutária e Auditoria Interna. 3) Exposição detalhada sobre a situação econômico-financeira do Clube. 4) Deliberação sobre prorrogação da Taxa de Complementação Orçamentária instituída em agosto de 2020 cujo término ocorreu em fevereiro de 2021. 5) Deliberação sobre busca de recursos financeiros para subsidiar déficit de caixa ocasionado pela Pandemia conforme autorizam os Artigos 79 § 2º e 81 do Estatuto Associativo. 6) Deliberação para fins de implantação de procedimento de recuperação dos Associados contribuintes inadimplentes. 7) Deliberação sobre contratação de consultoria especializada com vistas à implantação de um Plano Diretor para o curto, médio e longo prazo, conforme determina o artigo 52 do Estatuto Associativo.** Nota 1: O Conselheiro para entrar no Clube deverá estar usando a máscara facial, oportunidade em que será medida a sua temperatura e durante a sua permanência, tanto na área que antecede como dentro do Salão, será obedecido o protocolo do distanciamento e sanitário, além da disponibilização de totens de álcool em gel para higienização. Nota 2: Para atender ao que determina o artigo 168 do Estatuto Associativo em vigor, o número de conselheiros/as em condições de participação nesta reunião ordinária será de 33 eméritos, 55 vitalícios e 58 quadrienais perfazendo um total de 146 conselheiros. Ivan Antipov - Presidente do Egrégio Conselho Deliberativo do Juventus.

As 19:00 horas, o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Ivan Antipov, abriu a reunião. Em seguida passou a palavra ao Vice-Presidente do Conselho, Sr. Claudio Lipai que informou aos presentes que foi protocolado na Diretoria Executiva, através do Ofício PCD 120/2021 de 19/02/2021, carta convite ao Presidente da Diretoria Executiva, bem como, toda a sua Diretoria, além daqueles que julgasse necessários na participação da reunião devido a importância dos temas a serem discutidos/deliberados. Porém, registrou-se, somente, a presença dos Srs. Paulo Troise Voci, Vice-Presidente da Diretoria Executiva, Antônio Ramalho Mendes, Diretor Administrativo e a ausência do Presidente da Diretoria Executiva, Sr. Antônio Ruiz Gonsalez.

Em seguida o Sr. Claudio Lipai Vice Presidente, passou a discorrer sobre **o item 01 da pauta – Manifestação do Corpo Diretivo do Conselho Deliberativo**, dando conhecimento aos Srs. Conselheiros sobre a desaprovação do Corpo Diretivo do Conselho Deliberativo, inclusive, registrada junto a Diretoria Executiva, sobre divulgação, através do site oficial do Clube e outras mídias, de pedido de doações a comunidade e público em geral na tentativa de amenizar o desequilíbrio financeiro. Passados mais de 30 dias, não trouxe resultados, uma ou mais doações somaram uma quantia irrisória de R\$ 4.500,00. É fato, a crítica situação financeira agravada pela Pandemia que se arrasta desde abril/2020 mantendo nossas receitas a níveis que



não cumprem nossas despesas operacionais em sua plenitude. Também, somos sabedores das dificuldades e pressões sofridas pelo Presidente Antônio Ruiz Gonzalez na Gestão do Clube. Enfim, não será através de doações que conseguiremos retornar a situação plena, e sim, todos juntos, buscarmos soluções possíveis com inteligência que nos leve a uma transformação organizacional voltada para o hoje e para o futuro do Clube.

Diante do fato, por solicitação do Corpo Diretivo do Conselho se reuniram, em 12/02/2021, pela Diretoria Executiva, os Srs., Antônio Ruiz Gonzalez, Paulo Troise Voci, Nicola Russo, e pelo Conselho Deliberativo, os Srs. Ivan Antipov, Claudio Lipai e Odacyr Marinelli Raymundo quando foi externado pela Diretoria Executiva muita preocupação e o esgotamento nas buscas por soluções e recursos para suprir o desequilíbrio financeiro, inclusive o acúmulo das pendências, entre elas, PPI's, FGTS, INSS, Fornecedores, Bancos, entre outros, cenário ainda mais agravado pelo encerramento da ajuda governamental/redução de jornada/salários e, conseqüentemente, o retorno da folha de pagamento a carga total, entre outros.

A própria Diretoria Executiva manifestou interesse na busca de possíveis recursos junto aos bancos através de garantia real projetando valores próximo a R\$ 5 milhões para atualização das pendências citadas acima, inclusive, adotar um PDV/PDI com custo próximo de R\$ 400.000,00 objetivando a redução na folha, todas as ações direcionadas para uma estabilização do fluxo de caixa que facilite novas estratégias para o retorno dos associados e consequente o crescimento das contribuições associativas. Também questionado pela Diretoria Executiva o posicionamento do Comitê de Crise que foi criado em reunião do Conselho Deliberativo com a finalidade de propor soluções para a crise.

Na própria reunião, a Diretoria Executiva com base em números reais solicitou ao Conselho Deliberativo, também, através do Ofício AVJ 192/2021 de 04 de fevereiro de 2021 o encaminhamento ao Conselho da Prorrogação da Complementação Orçamentária, visto que, os valores arrecadados têm colaborado com as despesas operacionais. Após discussões e análises, entre outros assuntos, também, concordância entre os presentes, apesar de não ser uma prerrogativa do Conselho Deliberativo, este compartilharia os problemas e as tentativas para busca de soluções e recursos para o difícil momento que se apresenta.

Diante do exposto, o Conselho Deliberativo decidiu pela convocação desta reunião para, justamente, compartilhar com os Conselheiros discussões e/ou deliberações conforme veremos a seguir nos itens 3, 4, 5, 6 e 7 da pauta.

Na sequência Sr. Claudio Lipai passou a discorrer sobre o item **02 da pauta - Para atendimento ao que determinam os Artigos 72 e 73 do Estatuto Associativo informação ao Plenário sobre a composição das Comissões: Sindicância, Reforma Estatutária e Auditoria Interna:** Comissões citadas acima foram reposicionadas e compostas da seguinte forma: **Comissão de Sindicância:** Dr. Maldi Maurutto, Dr. Adilson Sanchez e Sr. Walter Augusto Marques. **Comissão de Reforma Estatutária:** Dr. Marcelo Marques do Fetal, Associado, Sr. Fabricio Luiz Keitshi Nakama, Associado, Sr. Roberto Sartori, Conselheiro, Sr. Danilo Carlos Rosito Camacho, Conselheiro e Dr. Antônio Jadel de Brito Mendes, Conselheiro. **Comissão de Auditoria Interna:** Sr. Paulo Roberto Pigatto, Conselheiro, Carlos Alberto Dias Wanderley, Conselheiro e Sr. Murilo Magnusson Oliva, Conselheiro, todos aptos a executarem os trabalhos conforme Estatuto Associativo.

Em seguida, retomou a palavra o Presidente do Conselho, Sr. Ivan Antipov, para discorrer sobre o **Item 3 da pauta: Exposição detalhada sobre a situação econômico-financeira do Clube.** Objetivo da apresentação, juntamente com os presentes, realizar um diagnóstico prévio para que possamos ter uma visão ampla, clara e precisa sobre os aspectos financeiros que envolvem o CAJ objetivando evidenciar problemas e até oportunidades. Também, fornecer subsídios para as necessárias tomadas de decisões,



tanto da Diretoria Executiva, como deliberações do Conselho Deliberativo. As informações expressas nas respectivas planilhas foram obtidas junto aos documentos contábeis do Clube.

COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ - PERÍODO 1996 A 2020 - (valores x 1000)																									
ANO/PERÍODO	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
Passivo Circulante (PC) Curto Prazo (dívidas até 12 meses) (x 1000)	5356	6149	5069	5327	4780	7053	6748	13740	17286	11420	1396	706	5262	4176	4381	4713	4769	4996	941	248	252	198	185	261	388
Passivo Circulante (PC) Longo Prazo (dívidas acima de 12 meses) (x 1000)	4497	4355	5127	7383	10565	8818	9790	7895	5355	5241	12625	6586	2096	2060	2021	1961	1860	1880	1636	0	0	0	0	0	0
Curto Prazo + Longo Prazo (x 1000)	9853	10504	10196	12710	15345	15871	16538	21635	22641	16661	14021	7292	7358	6236	6402	6674	6629	6876	2577	248	252	198	185	261	388
Ativo Circulante (AC) (x 1000)	610	644	658	1489	2079	2356	1791	1928	1537	1740	1740	1969	2096	2060	2048	1811	1818	1310	2878	5276	5343	6726	4637	7246	8611
Índice de Liquidez	0,11	0,10	0,13	0,28	0,43	0,33	0,27	0,14	0,09	0,15	1,25	2,79	0,40	0,49	0,47	0,38	0,38	0,26	3,06	21,27	21,20	33,97	25,06	27,76	22,19
Capital de Giro (AC - PC) (x 1000)	-4746	-5505	-4411	-3838	-2701	-4597	-4957	-11812	-15749	-9680	344	1263	-3166	-2116	-2333	-2902	-2951	-3686	1937	5028	5091	6528	4452	6985	8223

Iniciando pelo comportamento do Índice de Liquidez, cuja principal finalidade é de avaliar a capacidade financeira do Clube em cumprir com os compromissos financeiros assumidos. Período analisado, de 1996 a 2020. O resultado ideal seria um Índice de Liquidez igual ou superior a 1 (um), significando que para R\$ 1,00 de dívidas, teríamos disponível R\$ 1,00 em caixa, ou até mais, como ocorreu no período de 1996 a 2002 quando as disponibilidades de capital de giro foram excelentes.

Nota-se, a partir do ano de 2003 o crescimento do Passivo Circulante (dívidas assumidas), gerado, principalmente, pelo não pagamentos de tributos, impostos, entre outros, que se acumularam ao longo do tempo devido a indisponibilidade financeira que pode ser comprovada pelo Índices de Liquidez mais recentes, como em 2020, (Índice de Liquidez = 0,11), indicando que para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo, temos disponível apenas R\$ 0,11 centavos de recursos circulantes, ou seja, disponibilidade financeira de R\$ 610.000,00 (Caixa/Ativo Circulante) para honrarmos compromissos que totalizam R\$ 5.355.563,63, importante frisar, no curtíssimo prazo.



2.1	PASSIVO CIRCULANTE CURTO PRAZO	5.355.563,63
2.1.1.01	FORNECEDORES	959.403,46
2.1.1.02	CREDORES DIVERSOS	1.473.301,57
	Bradesco	1.417.735,79
	Itau	55.565,78
2.1.1.03	OBRIGACOES TRABALHISTAS	1.036.813,42
	Salarios	154.954,54
	INSS	143.395,76
	FGTS	724.286,81
	13º	241,66
	Pensões Alimenticias	7.317,32
	Contribuições Sindicais	6.617,33
2.1.1.04	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	26.169,05
	I.R.F P a recolher s/ Folha + PJs	8.175,95
	I.S.S a recolher	11.057,47
	PIS a recolher	3.757,47
	Contribuição Federal - Lei 10833	3.178,16
2.1.1.05	OUTRAS PROVISOES	558.272,44
	Provisão de Férias	558.272,44
2.1.1.06	EMPRESTIMOS CONSIGNADOS	17.642,09
2.1.1.07	OUTRAS CONTAS A PAGAR	1.283.961,60
2.1.1.07.2515	Outras Contas - Acquapark	123.961,60
2.1.1.07.2516	Contrato de Mutuo	1.160.000,00

No Passivo a Longo Prazo, formado por dívidas no longo prazo, acima de 12 meses, concentram-se diversos refinanciamentos realizados nos últimos anos totalizando R\$ 4.497.348,86. Muito importante, notarão que em alguns anos ou períodos ocorreu uma diminuição das vividas no Curto Prazo, não significa que elas foram extintas, e, sim, os valores não liquidados no Curto Prazo foram, praticamente, transferidos para o Passivo Circulante a Longo Prazo (vide planilha abaixo).

2.2	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.551.854,36	4.497.348,86
2.2.2	OBRIGACOES A LONGO PRAZO	4.551.854,36	4.497.348,86
2.2.2.03	PARCELAMENTO TRIBUTARIO	4.551.854,36	4.497.348,86
2.2.2.03.2	Parcelamento Previdencia 55.775.	133.440,54	130.598,29
2.2.2.03.2	Parcelamento IPTU/PMSP 2007/2008	488.957,75	488.957,75
2.2.2.03.2	Parcelamento IPTU/PMSP 2005/2006	67.985,32	67.985,32
2.2.2.03.2	Parcelamento INSS3514466 e 3619614	750.109,74	734.209,41
2.2.2.03.2	Parcelamento FGTS 08/2018 a 01/2	64.044,44	64.044,44
2.2.2.03.2	Provisao Contingencia Trabalhist	807.016,50	807.016,50
2.2.2.03.2	Provisao FGTS-NDFG302268	160.500,00	160.500,00
2.2.2.03.2	Provisao Processo FGTS/Acoes	160.220,64	160.220,64
2.2.2.03.2	Parcelamento CLT 46736 423/2014-	1.316,64	657,53
2.2.2.03.2	Parcel Prev 13006297-9/13006298-	105.234,90	95.472,73
2.2.2.03.2	Parcelamento Especial Profut	1.598.655,23	1.585.181,40
2.2.2.03.2	Parcel Previdenciario 2394362/24	214.372,66	202.504,85



Analizando pelo necessário Capital de Giro, que é, a diferença entre **R\$ 610.000,00**, (valores disponíveis em caixa) – **R\$ 5.355.563,63** (valores devidos no curto prazo), tomando como base o ano 2020. Há uma deficiência de caixa de (- **R\$ 4.745.563,63**), ou seja, Capital de Giro Negativo o que inviabiliza qualquer tipo de ação mais eficaz da Diretoria Executiva, nos obrigando a postergar dívidas e buscar recursos junto aos bancos.

Portanto, conclui-se que, para que não existam dúvidas quanto a manutenção/continuidade operacional do Clube, o aporte e captação de recursos se fazem necessários, aliás, fato que não é peculiar da atual Gestão. Pelo contrário, ano após ano, os problemas se repetem, sem qualquer ação mais efetiva para corrigi-los devido uma cultura que reina no nosso meio de abolir quaisquer iniciativas de se buscar implementação de métodos para uma Gestão eficiente. Mesmo que, as dívidas somadas representem um valor pequeno diante do nosso valioso Patrimônio, todas as nossas matrículas que formam nosso espaço físico estão penhoradas devido ao não pagamento dessas obrigações. No Parecer do Corpo Diretivo do Conselho Deliberativo faz-se necessário a implementação, com urgência, de um Plano Diretor para Curto, Médio e Longo Prazo.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS - JANEIRO/2021 (PRÉVIA)			
RECEITAS		DESPESAS	
Manutenção	298.541,00	Folha de Pagamento	395.000,00
Garagens	61.549,00	Comissão Técnica	45.000,00
Complementação Orçamentária	165.448,00	Direito de Imagem	99.000,00
		Alimentação	40.000,00
		Fisioterapia	7.000,00
Sub Total	525.538,00	Sub Total	586.000,00
		Despesas Operacionais	
		Despesas Esportivas	
		Impostos, Taxas e Bancos	
Patrocinador	140.000,00	Ocupação/Manutenção	
FPF	160.000,00	Encargos s/ Salários	
		PPI's + Profut + INSS	
Sub Total	300.000,00	Sub Total	3.300.000,00
Total x Mês	825.538,00	Total do Déficit de Caixa -	2.714.000,00

Acima o Demonstrativo de Resultados de Janeiro de 2021(Prévia). Muito prejudicado pelo longo período da Pandemia que continua. As receitas se formaram através das Contribuições Associativas, Garagens e a Complementação Orçamentária, entre outros pequenos valores totalizando R\$ 525.000,00 que adicionada as verbas da FPF e Patrocinadores alcançaram R\$ 825.000,00. Porém, desde abril de 2020, não sustentam nossas despesas operacionais, criando déficits constantes de caixa que se acumulam, obrigando-nos a postergar pagamentos relativos a tributos, encargos, fornecedores, entre outros. No Futebol Profissional conseguimos, desde ano passado (2020), e, neste caso, mérito da atual Diretoria Executiva, manter o equilíbrio evitando que se utilize de valores do orçamento da Sede Social.



DESPESAS - ANO BASE 2020			CUSTEIO (%)
Conta	Despesas	Ano	
4.1.1.01	Despesa c/ Pessoal + PJs	6.372.235,65	56,44%
4.1.1.02	Ocupação	383.826,34	3,40%
4.1.1.03	Serviços Operacionais	1.875.883,54	16,62%
4.1.1.04	Despesas Financeiras	563.962,81	5,00%
4.1.1.05	Despesas Esportivas	1.344.444,06	11,91%
4.1.1.06	Eventos Próprios	131.994,32	1,17%
4.1.1.07	Diversos + Taxas + Depreciações	487.954,10	4,32%
4.1.1.08/09	Despesas Gerais	129.686,88	1,15%
Total de Despesas - Ano 2020		11.289.987,70	100,00%

DESPESAS - ANO BASE 2019			CUSTEIO (%)
Conta	Despesas	Ano	
4.1.1.01	Despesa c/ Pessoal + PJs	9.168.613,00	51,53%
4.1.1.02	Ocupação	519.000,00	2,92%
4.1.1.03	Serviços Operacionais	3.528.326,00	19,83%
4.1.1.04	Despesas Financeiras	778.635,46	4,38%
4.1.1.05	Despesas Esportivas	1.763.029,30	9,91%
4.1.1.06	Eventos Próprios	411.512,13	2,31%
4.1.1.07	Despesas Gerais	666.033,33	3,74%
4.1.1.08/09	Diversos + Taxas	957.919,54	5,38%
Total de Despesas - Ano 2019		17.793.068,76	100,00%

Acima a formação das despesas de custeio, comparativas entre os anos de 2019 e 2020. Mesmo com a pandemia os percentuais ficam próximos e com grande representatividade para as Despesas com Pessoal (51% x 56%) cujo quadro de funcionário é formado por 193 funcionários, e, se acumulados ao Futebol Profissional/Base/Feminino superamos os 250 funcionários.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ANUAL - ANO 2019			
Conta	Origem	Arrecadação 2019	%
3.1.1.01	Contribuições Associativas	8.679.501,00	46,78%
3.1.2.01	Departamentos e Aluguéis	3.659.000,00	19,72%
3.1.2.01	Locações dos Salões	2.107.767,00	11,36%
3.1.2.04	Futebol Profissional	1.480.600,00	7,98%
3.1.2.01	Patrocínios	1.345.000,00	7,25%
3.1.2.03	Eventos	943.656,00	5,09%
3.1.2.02	Outras Receitas	72.809,00	0,39%
3.1.2.05	Receitas Não Operacionais	264.667,00	1,43%
Total de Receitas x Ano 2019		18.553.000,00	100,00%

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ANUAL - ANO 2020			
Conta	Origem	Arrecadação 2020	%
3.1.1.01	Contribuições Associativas	6.496.204,95	53,40%
3.1.2.01	Departamentos e Aluguéis	1.676.465,35	14,00%
3.1.2.01	Locações dos Salões	428.204,00	3,52%
3.1.2.04	Futebol Profissional	1.282.338,53	10,54%
3.1.2.01	Patrocínios	1.548.846,99	12,73%
3.1.2.03	Eventos	507.217,24	4,17%
3.1.2.02	Outras Receitas	79.127,51	0,5
3.1.2.05	Receitas Não Operacionais	148.370,87	1,21%
Total de Receitas x Ano 2020		12.166.775,44	100,00%

Acima a formação das receitas, comparativamente, ano 2019 com cenário normal x ano 2020 com o cenário da pandemia, onde conclui-se a grande representatividade da Contribuição Associativa na arrecadação total, agregando taxas departamentais, entre outras receitas geradas pelos Associados, alcançam 67%, o que nos leva a reafirmar a importância do Corpo Associativo na manutenção do Clube.



Receitas das Locações dos Salões + Eventos Próprios em relação a receita anual (R\$ 18.553.000,00) - Ano 2019					Quanto representam na Arrecadação Anual
Conta	Locações + Eventos Próprios	Receitas	Despesas	Receita Líquida	%
8.29	Palácio de Festas (Salão Nobre)	1.948.712,40	363.424,48	1.585.287,92	10,50%
8.16	Salão Grená e Branco (Bingo)	271.278,70	64.784,17	206.494,53	1,46%
8.05	Salão da Boate Pyramid's	201.560,00	109.000,00	92.369,70	1,09%
Sub Total 1		2.421.551,10	537.208,65	1.884.152,15	13,05%
8.34	Eventos Sociais Próprios - CAJ	931.998,66	411.512,13	411.512,13	5,02%
Sub Total 2		931.998,66	411.512,13	411.512,12	5,02%
Total 1+ 2 = Locações + Eventos Próprios		3.353.549,76	948.720,78	2.295.664,28	18,08%

Na planilha acima, oportuno esclarecer a representatividade da contribuição das receitas geradas pelos salões de festas, por sinal muito comentadas nas alamedas, aliás, dá-se muito peso a elas, e, ao contrário, representam apenas 13% da arrecadação total, média líquida de R\$ 157.000,00 x mês.

PENDÊNCIAS FINANCEIRAS - FEV/2021	
Fornecedores	323.321,99
Rescisões	3.488,15
Piscina Térmica - Devolução	7.607,99
PPIs x IPTU	928.884,45
FGTS	346.659,08
GPS / INSS	69.896,12
Sub Total 1	1.672.249,79
BANCOS	
Cartão - Capital de Giro	600.000,00
Empréstimos x Bancos	1.015.000,00
Sub Total 2	1.615.000,00
Mútuos	1.160.000,00
Sub Total 3	1.160.000,00
Custo Previsto para PDV/PDI	400.000,00
Sub Total 4	400.000,00
Total (1+2+3+4)	4.847.249,79

A planilha acima demonstra, resumidamente, pendências existentes, em sua maioria vencidas, que crescem com a indisponibilidade financeira e servirá de subsídios para discussões e deliberação do item 5 da pauta.

Em seguida pediu a palavra o Sr. Antônio Ramalho Mendes, Diretor Administrativo: Boa noite, posso adiantar a vocês é que a situação do Clube realmente é muito difícil e uma das grandes causadoras foi a Pandemia. Analisando o balanço do ano passado, arrecadávamos, até março de 2020, uma média de R\$ 1.600.000,00 e despesas próximas de R\$ 1.500.000,00. Com início da Pandemia as receitas caíram drasticamente, próximo, de R\$ 700.000,00 por mês alcançando entre 60% ou 70% de diminuição de receita. Sabemos que sem dinheiro nada se faz. Tenho acompanhado algumas ações ao lado do Presidente Antônio Ruiz e "não tem muito para onde correr". Para piorar o cenário, recentemente, através de acordo entre Clube x Sindicatos reduzimos a folha salarial em 35% proporcional as horas trabalhadas. São ações para que possamos, talvez, honrar alguns compromissos, principalmente a folha de pagamento. Por outro lado, juntamente com o Sr. Paulo Troise, Vice Presidente da Executiva e outros Diretores falávamos sobre uma possível anistia aos associados que não cumpriram com as Contribuições Associativas. Pergunto, como falar



em anistia se realizamos uma redução salarial, temos um passivo mensal enorme para cobrirmos. Como ficam os associados que contribuíram? Talvez o termo anistia não caberia neste momento.

Em seguida o Sr. Claudio retomou a palavra passando ao item **4: Deliberação sobre prorrogação da Taxa de Complementação Orçamentária instituída em agosto de 2020** tomando com o base a planilha de pendências base junho/2020 e fevereiro/2021 além da planilha de arrecadação da complementação orçamentária.

POSIÇÃO DE PENDÊNCIAS X UTILIZAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
JUNHO DE 2020		FEVEREIRO DE 2021	
Sabesp - Sede Social	177.635,00	SABESP (SEDE SOCIAL)	Parcelada
BR Energia	59.682,20	BR ENERGIA	Parcelada
Fornecedores	120.306,23	FORNECEDORES	323.321,99
MEI PJ (Prestador de Serviços)	2.500,00	MEI PJ (PRESTADOR DE SERVIÇOS)	Eliminada
PPI - IPTU PMSP	159.307,92	PPI - IPTU PMSP	928.884,45
Parcelamentos (COFINS/INSS)	295.097,08	PARCELAMENTO (COFINS/INSS)	
FGTS	159.224,09	FGTS	346.659,08
INSS	387.668,89	INSS	69.896,12
Acordos/Rescisões de Contratos devido fechamento do Clube	138.780,25	Acordos/Rescisões de Contratos devido fechamento do Clube	Liquidada
Bancos - Empréstimos - Acordo	167.794,46	Bancos - Empréstimos - Acordo	1.615.000,00
TOTAL	1.667.996,12	TOTAL	3.283.761,64
Entradas x Complementação Orçamentária		QUAL O CAMINHO A SEGUIR	
Complementação Orçamentária - Ago/20	12.057,00	PRORROGAR A COMPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ? RECUPERAÇÃO DE ASSOCIADOS ? BUSCAR RECURSOS JUNTO AOS BANCOS ? DISPONIBILIZAR ÁREA NÃO UTILIZADA ? PLANO DIRETOR A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO ? OUTRAS OPÇÕES ?	
Complementação Orçamentária - Set/20	76.319,00		
Complementação Orçamentária - Out/20	161.091,00		
Complementação Orçamentária - Nov/20	117.900,00		
Complementação Orçamentária - Dez/20	121.412,00		
Complementação Orçamentária - Jan/21	165.448,00		
TOTAL	654.227,00		

Complementação Orçamentária			
Boletos encaminhados x mês	Período de 6 meses	Efetivamente pagos	Media Mensal
1500 Boletos	9.000 Boletos	6.542 Boletos	1.090 Boletos
	Previsto: R\$ 900.000,00	Total Arrecadado: R\$ 654.227,00	R\$109.000,00

A Complementação Orçamentária resultou, em média, um adicional acima de R\$ 109.000,00 totalizando nos 06 meses, R\$ 654.227,00. Não era o valor esperado, não atingimos os 5.700 remidos. Porém, deve-se enaltecer aqueles que contribuíram, entenderam o momento e abraçaram o Clube. Os valores até então arrecadados muito colaboraram, mas aquém da nossa necessidade.

Em seguida Sr. Claudio Lipai citou a solicitação da Diretoria Executiva pela prorrogação da Complementação Orçamentária, conforme Ata da reunião entre Diretoria e Conselho do dia 12/02/21, também, manifestado através de ofício que será lido e transcrito a seguir, documento este que servirá de base para deliberarmos sobre o item 04 da pauta uma vez que todos conheceram a realidade financeira através das apresentações realizadas pelo Sr. Ivan Antipov, Presidente do Conselho. Ofício AVJ 192/2021 de 04 de fevereiro de 2021. Ao sr. Ivan Antipov – Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Juventus. Ref.: Relatório sobre a posição financeira deficitária para auto sustentabilidade operacional. Prezado Presidente, por ocasião da aprovação da contribuição do remidos a título de complementação orçamentária, apresentou-se uma relação de débitos vencidos e não pagos de R\$ 1.667.986,12. Hoje, após a contribuição de 05 (cinco) meses, arrecadamos R\$ 654.227,00 a dívida vencida e não paga apresenta um total de R\$ 1.713.753,65 (um milhão, setecentos e treze mil e setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), ou seja, apesar da receita extraordinária acima citada os compromissos tiveram um acréscimo de R\$ 45.767,53 (quarenta e



cinco mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos). Uma das razões da preocupação do aumento futuro do déficit financeiro é a não continuidade da contribuição dos remidos que certamente irá projetar um aumento mensal da dívida em R\$ 140.000,00, salvo se a partir de março tivermos a oportunidade de gerar novas receitas, que achamos de difícil realização em termos normais de operacionalidade.

No mês de janeiro/21 com a volta dos funcionários ao trabalho e retorno das atividades esportivas profissionais somente conseguimos fechar a folha de pagamento salarial com o recurso de 51% oriundo das contribuições dos remidos. Pelo acima exposto, data vênua, sugerimos a Diretoria Executiva recorrer ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Crise, expor o quadro atual e solicitar a implementação da continuidade das contribuições dos remidos ou de novas práticas de receitas extraordinárias deliberadas e aprovadas pelos órgãos competentes. Finalizando, dizemos que o momento, por intervenção restritiva governamental, não nos permite tomar iniciativas operacionais normais de aumento de quadro associativo, locação de espaço para eventos, realização de eventos promovidos pelo Clube, citando de passagem "os bailes de carnaval" que este ano não pudemos promover, por razões de segurança individual de proteção contra a pandemia do coronavírus, redução do valor locativo de espaços já alocados, e outros fatores de queda de receita já citados em pronunciamentos anteriores. A finalidade deste relatório é de se antecipar a busca de receitas com brevidade para uma situação "atípica" provocada por uma catástrofe sanitária mundial. Atenciosamente Departamento de Gestão Corporativa, Nicola Russo.

Em seguida pediu a palavra ao Conselheiro Maldi Maurutto: Boa Noite a todos! Me permitam tecer alguns comentários a respeito do tema. Antes, quero dizer que na reunião anterior, no mês de julho passado quando aprovamos por unanimidade a Complementação Orçamentária, eu próprio, já havia feito duas contribuições para cada título da minha família, são 03 títulos remidos e pagamentos a vista. Portanto o que estou colocando para vocês é que não estou sendo contra nem a favor, eu ajudei o Clube naquele momento. Nós utilizamos de um artifício legal que está em nosso Estatuto e criamos essa Complementação Orçamentária que foi benéfica, por mais que não tenha resolvido o nosso problema. Ouvimos muitas críticas de sócios e, até daqueles que não são sócios, que o Clube estava falido, que tinha sido vendido. Afirmou o colega que uma grande parte não contribuiu, pergunto, onde está a equidade? Muitos pagaram de bom coração, inclusive alguns com dificuldades financeiras e uma dúvida, será que essas três parcelas resolverá os nossos problemas externados na tela?

Retomando a palavra o Sr. Claudio Lipai, respondendo ao Conselheiro: Os sócios remidos totalizam 5.700 títulos, todos foram notificados através de cartas sobre a aprovação da Complementação Orçamentária. Somente, em torno de 1.500 sócios receberam os respectivos boletos e próximo de 1000 sócios contribuíram. O restante, devido a inexistência do CPF no cadastro, não recebeu. Foram realizadas algumas campanhas para o cadastramento que não obteve o resultado esperado.

Em seguida a Conselheira Rosana Berti Ruiz Pezzotti pediu a palavra: Não fui avisada dessa cobrança, e quando cheguei ao Clube fui impedida de adentrar. Me dirigi a Secretaria e realizei o pagamento. Mas não é essa Complementação Orçamentária que solucionará os problemas financeiros do Clube, o que pode ajudar são patrocinadores e parceiros.

Passada a palavra ao Conselheiro Marcello Lourenço Betone: Boa noite, o Clube está passando por dificuldades, temos que ajudar, é um espaço que usufruímos e neste momento merece a nossa colaboração. Porém, para o associado tem que haver contrapartida da Diretoria Executiva com relação a cobrança dos inadimplentes bem como a melhora do cadastro. Eu particularmente recebi todos os boletos



e e-mails. Isso é uma questão de cadastramento e tem que ser mais efetivo e ser mais funcional. Concedido algum tipo de acordo com relação a renovação e o plenário votar em sua maioria, eu, particularmente, serei favorável a renovação. Temos que exigir que a Diretoria Executiva tome uma medida com relação aos remidos que não colaboraram. Talvez uma atuação mais forte com relação ao cadastro dos sócios remidos que há muito tempo não comparecem no Clube. Não cabem mais em nossas reuniões ou nas alamedas problemas pessoais, temos que esquecê-los e buscar alternativas para voltarmos a normalidade. Essa é a minha opinião, peço que todos reflitam a respeito.

O Conselheiro Jackson Senna Marques pediu a palavra: Quero comentar com base no que foi detalhado na apresentação da realidade financeira do Clube. A grande queda de arrecadação é justificável, temos que levar em conta que durante um longo período a Sede Social ficou fechada. Não foi só o Juventus, também ocorreu com todos os outros Clubes, a pandemia assustou e assusta muita gente, quem sabe agora com a vacinação a situação melhore. Sabemos também que continuaremos com um grande desequilíbrio financeiro. Por esses dias haverá um pronunciamento do Governador do Estado de São Paulo devido ao aumento dos casos de covid19 e deverá decretar novamente o fechamento dos Clubes, ou seja, será outro período de apertos e com isso, imagino, a aflição da Diretoria Executiva. Por isso, sou favorável a prorrogação da Complementação Orçamentária por um período de três meses, e, como Juventino que sou, tenho que dar a minha contribuição.

Passada a palavra ao Conselheiro Roberto Leme: Meu posicionamento sobre a prorrogação. Dos 5.700 remidos, próximo de 1.000 contribuíram. Pergunto: onde estão os demais? Informaram que existem problemas no cadastro, imagino que tecnicamente pode-se recuperá-los. E, com relação aos sócios que não quitaram os boletos? Serão impedidos de adentrarem ao Clube? Quais serão os próximos passos? Seria imprescindível que o Presidente da Executiva estivesse conosco para elucidar todas as nossas dúvidas e indagações. Sabemos que este cenário de pandemia ainda vai perdurar.

Em seguida sr. Ivan Antipov retomou a palavra para responder questionamentos de Conselheiros: Apesar de não constar da pauta, mas oportunos esclarecimentos sobre outras possíveis possibilidades de negociações que poderão gerar valores para o caixa do Clube. Primeiro, com relação ao Futebol Profissional, seria oportuno que aqui estivesse o nosso Presidente, como já não mais existe o sigilo acordado entre o Clube e a parte interessada, posso adiantar que uma empresa com sede no exterior manifestou interesse pelo Futebol Profissional/Base/Feminino. Por se tratar de negociação envolvendo empresa estrangeira, possível separação da Gestão do Futebol Profissional, além de um prazo longo e altos valores, talvez até a criação do Clube Empresa, entre outras possibilidades. A Diretoria Executiva, dentro de suas atribuições, buscou consultoria especializada com experiência no tema e com trabalhos idênticos já realizados no segmento esportivo. Por outro lado, a parte interessada também indicou para representá-la, consultoria especializada e atuante no segmento esportivo. Durante as tratativas iniciais, inclusive com a participação do Conselho Deliberativo até por exigências da parte interessada, surgiu a necessidade de se promover o "Valuation" dos Ativos Desportivos do Futebol Profissional, e, para isso buscou-se outra consultoria especializada. Últimas informações do Presidente Antônio Ruiz são de que as negociações ainda seguem e aguarda-se para breve por uma proposta definitiva para que iniciemos todas as análises necessárias nos diversos níveis do Clube para possíveis deliberações.

Segundo questionamento, também muito oportuno dada a nossa crise financeira. Sobre o Certificado de Potencial Construtivo relativo ao tombamento da Rua Javari, e que, conforme determina a Lei Municipal, poderá ser negociada junto as incorporadoras e render alguns valores ao Clube. Encontramos alguns entraves na regularização das matrículas da Rua Javari junto as exigências do Cartório, além da necessidade



de apresentarmos ao Cartório de Registros um novo projeto atualizado da área pertencente ao CAJ. Nesta reunião que participamos junto a Diretoria Executiva, no dia 12/02/21, decidiu-se por alterar a estratégia relacionada a regularização das matrículas objetivando acelerar a obtenção do Certificado que resultaria na diminuição da área tombada para fins de negociações através das matrículas existentes e averbadas. Todo o processo de obtenção do Certificado de Potencial Construtivo vem sendo conduzido pelo Assessor da Diretoria, Sr. Laerte Dentini.

Pedi a palavra o Conselheiro Eduardo Pinto Ferreira: Boa noite, gostaria de me posicionar a respeito da Complementação Orçamentária e dizer que sou a favor, não a obrigatoriedade. Sobre a anistia eu não preciso nem falar eu acho que é meio que unanime, a maioria deve concordar principalmente pela fase que o Clube passa. Gostaria de fazer duas perguntas, estamos pedindo dinheiro, mas não temos uma previsão orçamentária aprovada e gostaria de saber quando será apresentada e aprovada? Gostaria de saber também se o Conselho Fiscal está participando de todas essas decisões.

Retomou a palavra o Sr. Claudio Lipai respondendo ao Conselheiro: Com relação ao Conselho Fiscal, lamentavelmente, cinco membros renunciaram, sobrando apenas Conselheiro Daniel Tury. Por esse motivo, estatutariamente falando, o Conselho Fiscal está sem ação uma vez que faltam efetivos. Porém, seguindo o Estatuto, no dia 13 de janeiro passado publicamos as Normas Disciplinadoras para a eleição dos membros para completarem o quadro do Conselho Fiscal. Já na segunda feira divulgaremos no site os nomes dos candidatos. Para que vocês tenham uma ideia nos 60 dias da publicação das Normas Disciplinadoras apenas quatro Juventinos se qualificaram, portanto nem sequer temos o efetivo completo e será indicado pelo Presidente do Conselho. No momento o Conselho Fiscal está sem ação. Com relação a Previsão Orçamentária, foi apresentada no prazo, obviamente por causa da pandemia, foi aprovada e será atualizada em reunião que será convocada para esta finalidade, entre outras.

Passada a palavra ao Conselheiro Paulo Vasques: O Sr. Daniel poderia nos esclarecer o motivo dos membros do Conselho Fiscal terem sido demissionados? Sr. Claudio Lipai se antecipou ao Sr. Daniel e informou que os membros do Conselho Fiscal não foram demissionários, renunciaram ao cargo. O Conselho Fiscal, talvez até por inexperiência das partes, tanto da Diretoria Executiva, como do próprio Conselho Fiscal, sempre viveram em choque, faltou uma maior aproximação.

Passada a palavra ao Conselheiro Vicente Gomez: Boa noite, tendo em vista a colocação do Dr. Maldini, eu acho que dois pontos não foram levantados aqui, o primeiro seria da legalidade da cobrança dessa Taxa, é verdade que consta em nosso Estatuto a possibilidade de se cobrar essa Taxa dos remidos, mas o artigo que trata dessa Taxa é claro ao dizer que essa Taxa tem que ser para o fim específico e esse fim não pode ser uma despesa ordinária, porque se for assim você vai estar descaracterizando o próprio título remido, então você está descaracterizando uma remissão que é característica do título remido, então foi afirmado aqui, respeito a posição, posso estar errado em dizer isso para vocês, acredito que é uma questão jurídica que ainda não bateu no judiciário, a partir do momento que essa cobrança aumentar e se tornar maior pode ser que anime as pessoas a procurarem, então essa é uma reflexão que vocês deveriam ter porque não é uma verdade absoluta de que é legal essa cobrança, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é o seguinte, a gente está decidindo por pessoas que talvez não possam pagar, então a gente está obrigando pessoas que talvez não possa pagar. Eu fiquei triste com essa Taxa, paguei, mas muita gente não tem condição e nós vamos obrigar essas pessoas a pagarem e vamos impedir de entrar. Não quero ter razão, mas acho que temos que pensar com muito carinho sobre essa situação. Outra pergunta, a Diretoria Executiva já mandou essa determinação para o Conselho, ou seja, ela já impôs a prorrogação e está pedindo para o Conselho aprovar ou ela não fez isso ainda? Essa é uma pergunta que eu faço para a mesa.



Em seguida o Sr. Claudio Lipai se manifestou a respeito do questionamento feitos pelo Conselheiro Vicente Gomes: respondo ao senhor no sentido de que o Clube está sendo regido pelo Estatuto. O documento oficial ao que o senhor se refere ainda não foi protocolado no Conselho, nos baseamos em outro documento oficial que acabei de ler para o Plenário.

Retomou a palavra o Conselheiro Vicente Gomez: Então só mais uma colocação, quando o Conselheiro vem aqui expor a sua ideia com o maior respeito possível, escuta da Mesa que só venho aqui complicar. Eu acho que o Conselheiro tem o direito de se manifestar. Outra observação que eu gostaria de fazer, ainda não há uma determinação clara de que a Diretoria Executiva quer implementar essa prorrogação.

Com a palavra o Sr. Claudio Lipai: Para concluir, talvez o senhor tenha chegado após o início da reunião. Fiz a leitura do ofício AVJ 192/2021 relativo a solicitação da Diretoria Executiva solicitando ao plenário uma posição sobre a prorrogação da previsão orçamentária, inclusive constará da Ata.

Pedi a palavra o Conselheiro Daniel Tury: Boa noite, não gosto de pegar ninguém de surpresa, a ideia é a transparência, vou falar como Presidente do Conselho Fiscal, como Conselheiro e como representante dos associados e o que é melhor para o CAJ. Infelizmente vou ter que dar uma resposta ao Sr. Claudio, porque ele fez algumas afirmações que estão fora da pauta, então vou ser breve quanto a esse ponto. Primeiro ponto, como Presidente do Conselho Fiscal eu entreguei um parecer ao Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Ivan Antipov, que falava uma opinião porque no Estatuto em dois momentos nos art. 67 inciso III e no art. 33 parágrafo 2º ou 3º, não me lembro, fala que a prorrogação da Complementação Orçamentária dos remidos precisa de uma opinião do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal teve cinco renúncias, todas feitas por e-mail, então foi isso que aconteceu. Eu tenho uma proximidade e afinidade com o Conselho Deliberativo, nos damos muito bem, mas o Sr. Claudio falou agora que a minha opinião tem que ser descartada porque o Conselho Fiscal precisa de no mínimo três membros, sozinho não poderia dar essa opinião. À Diretoria Executiva tem a obrigação de trimestralmente enviar um relatório da previsão orçamentária e com base nisso vou poder dar uma opinião técnica, financeira que não é minha especialidade, sempre peço ajuda ao Sr. Ivan, ao Sr. Roberto Leme, ao Sr. Antônio Jadel, Sr. Paulo Mario, já pedi ajuda para o Sr. Rodrigo, já pedi ajuda para várias pessoas aqui e o Conselho Fiscal estará sempre aberto para esse tipo de ajuda. Então eu não tenho nenhum parecer, dito isso, da parte do Conselho Fiscal que quero dizer que eu fiz tudo o que eu podia. Como Conselheiro, quero dar uma resposta ao Sr. Eduardo que perguntou a respeito da previsão orçamentária, eu não me lembro dessa aprovação, no dia 22 de dezembro ficou consignado que a previsão orçamentária seria reapresentada, não houve aprovação, nem colocado em pauta para aprovar.

Sobre a Previsão Orçamentária houve duas votações no dia 22 de dezembro, uma era a aprovação das contas e foi aprovado por unanimidade e a segunda era sobre a previsão orçamentária para 2021, não foi colocado em pauta, foi sugerido pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal para que fosse reapresentada, caso isso não ocorra, daí vale a previsão do ano anterior, que infelizmente ficou prejudicada. Sobre aqueles relatórios que eu falei para vocês a Diretoria me enviou, eu recebi. O que o Dr. Vicente falou, esse documento que o Claudio recebeu, eu não recebi. Sobre a legalidade realmente é discutível se pode cobrar ou não, na época, na ocasião o Sr. Claudio, Sr. Odacyr e o Sr. Ivan, me ligaram e me pediram uma opinião informal, eu opinei no sentido de que o nosso Estatuto não proíbe, ele prevê a cobrança, por mais que eu goste ou não, essa cobrança pra mim pode ser feita, agora o grande problema é como falar para o associado, porque no dia 20 de julho o Conselho Fiscal apresentou uma sugestão apresentando um plano de recuperação financeira e que envolvia o resgate do Associado, houve resposta, que não teria nenhum tipo de recuperação do Associado, foi dito nesse comunicado que está aqui tem a



afirmação que só iria cobrar por 6 meses, e olha onde estamos, pedindo para cobrar de novo. Qual resposta vamos dar ao Associado remido, ao Associado que votou na gente. Isso não vai recuperar tudo, daqui a um mês, dois meses, a gente vai ter que vender terreno, a gente vai ter que vender o futebol. Então o Conselho Fiscal não ficou sabendo de nada formalmente dessas transações, é uma pena, mas é assim então qual resposta nós vamos dar. Eu sou a favor, mas qual a contrapartida, o que a gente vai oferecer, só acho que essa votação poderia ser depois desse item da pauta do plano de recuperação financeira porque daí a gente teria uma contrapartida para poder falar para o Associado. E quando o Sr. Ramalho falou a anistia não vai resolver o problema, a anistia se tornou uma cultura dentro do Clube, então será que é hora de endurecer bem na época de Pandemia?, e mais uma fala direta para o Sr. Ramalho que fez um ponto muito importante, sobre o Associado que contribuiu bastante, ele pagou e o que não pagou vai ter, eu apresentei o plano de recuperação no dia 20 de julho, apresentei de novo um plano de recuperação para o Conselho Deliberativo e eu sugiro que o Associado que tenha pago ele seja credenciado, a gente precisa que encha o departamento. Sobre a renúncia, os cinco são ótimos, fico muito feliz com as pessoas que vão entrar no Conselho Fiscal, porque eu não quis renunciar para dar continuidade no trabalho e descobrir o que está acontecendo. O que aconteceu foi o seguinte, infelizmente teve um desentendimento entre o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, que nunca chegou até nós para dizer que não iriam entregar algum documento, mas o que acontece é que se teve um embaraço para dificultar as coisas, se a gente quisesse ver o documento, iria numa sala com horário e ficaria um funcionário. Assim, os documentos, não existe confidencialidade, os documentos são do Conselho Fiscal, então foi isso.

Sr. Claudio Lipai retomou a palavra e novamente alertou aos presentes que mantivessem apenas discussões relacionadas a pauta devido ao horário e os outros itens da pauta. Portanto, retomou item **4: Deliberação sobre prorrogação da Taxa de Complementação Orçamentária instituída em agosto de 2020:** Temos muitas opiniões favoráveis, algumas contrárias a prorrogação. A exposição dos números e discussões foram ótimas para subsidiarem os presentes nas suas deliberações. Com base no Artigo 33º e seu parágrafo 3º do Estatuto Associativo o tema foi posto para votação do plenário, ou seja, prorrogar por mais 03 (três) meses a complementação orçamentária através de três pagamentos de R\$ 100,00, ou, ainda, para aqueles que tiverem dificuldades, negociar junto a Secretaria do Clube maiores prazos de pagamentos que caibam nos respectivos orçamentos. Consultados, **os Conselheiros presentes, em sua maioria, deliberaram pela Aprovação da Prorrogação da Complementação Orçamentária para os próximos 03 (três) meses.** Os votos contrários, conforme solicitação, serão transcritos na Ata. São eles: Adail Jose Biondi, Dino Beccaris Junior, Dirceu Carlos Rosa, Eduardo Pinto Ferreira, Jose Leme Cutolo, Marcos Ferreira de Almeida, Mario Sergio Camassa, Milton Sergio de Moraes Junior, Paulo Artur Vasques, Paulo Henrique Bandeira Junior, Regis Roberto Roque, Roberto Benedito Leme, Sergio Eduardo Miranda Liberatore, Vicente Gomez Aguila, Taufic El Hakim e Wagner Francisco Boito. Um Conselheiro se absteve de votar: Wilson da Silveira.



PENDÊNCIAS FINANCEIRAS - FEV/2021	
Fornecedores	323.321,99
Rescisões	3.488,15
Piscina Térmica - Devolução	7.607,99
PPIs x IPTU	928.884,45
FGTS	346.659,08
GPS / INSS	69.896,12
Sub Total 1	1.672.249,79
BANCOS	
Cartão - Capital de Giro	600.000,00
Empréstimos x Bancos	1.015.000,00
Sub Total 2	1.615.000,00
Mútuos	1.160.000,00
Sub Total 3	1.160.000,00
Custo Previsto para PDV/PDI	400.000,00
Sub Total 4	400.000,00
Total (1+2+3+4)	4.847.249,79

Em seguida Sr. Claudio Lipai passou a discorrer sobre o item 5 da pauta: **Deliberação sobre busca de recursos financeiros para subsidiar déficit de caixa ocasionado pela Pandemia conforme autorizam os Artigos 79 § 2º e 81 do Estatuto Associativo:** Com base na planilha denominada Pendencias Financeiras – Base: Fevereiro/2021 que resume os tributos acumulados no cenário da pandemia, recursos buscados junto aos bancos, custo aproximado para um PDV/PDI objetivando redução da folha, inclusive o valor dos mútuos existentes. Na reunião havida com a Diretoria Executiva esta sugere R\$ 5 milhões para estabilizar o fluxo financeiro para a necessária continuidade operacional do Clube e viabilizar novas ações ou estratégias. Uma nova opção seria recorrer ao BNDS e/ou bancos privados através de empréstimos com garantia real. Ainda, na mesma reunião, acordamos que o Conselho Deliberativo compartilharia todos os problemas e entraves e levaria para conhecimento, e, se necessário, para posteriores deliberações dos Conselheiros.

Pedi a palavra o Conselheiro Roberto Leme: A questão do BNDS, vendo as planilhas aqui apresentadas, necessitamos saber sobre as carências, qual seria o prazo de pagamento, taxas de juros, isso é importante para manter o fluxo de caixa até que o Juventus tenha o capital livre no sentido de que a pandemia continua esse ano e se Deus quiser vai acabar e os sócios retornarão voltando também as contribuições associativas, além de outras receitas que formam nossa arrecadação mensal. Inicialmente Julgo favorável, nesse sentido, repetindo, precisamos conhecer a fundo as condições dos possíveis contratos.

Em seguida Sr. Claudio Lipai respondendo ao Conselheiro Roberto Leme: Fizemos contato com uma empresa de consultoria que atua junto ao BNDS e bancos privados, Informações iniciais falam de carência de 12 meses e juros baixos liberados no cenário da pandemia. Logicamente, necessitamos dos senhores Conselheiros uma aprovação conforme artigo 82º, parágrafo 2º do Estatuto que diz: A Diretoria Executiva não poderá alienar, transmitir, hipotecar, empenhar, contrair empréstimos, leasing, arrendar, ou, de qualquer forma, onerar os bens sociais sem prévia aprovação do Conselho Deliberativo e para isso que inserimos esse item na pauta desta reunião, ou seja, uma prévia para iniciar algumas consultas. Em até 20 dias, com toda a documentação em ordem, a consultoria pode nos apresentar algumas propostas.

Palavras do Conselheiro Jackson Senna Marques: Vamos fazer todo o possível para conseguirmos um empréstimo, mas se não temos arrecadação como é que pagaremos esse empréstimo? Entendo que



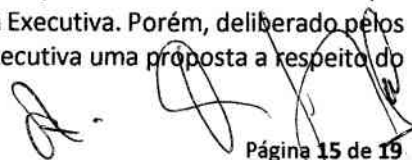
devemos procurar outras formas que não seja através de empréstimos, mensalmente teremos que desembolsar uma grande quantia para cumprimos o contrato. Temos um grande problema de fluxo de caixa e arrecadação, então como adicionar mais um desembolso mensal sem que haja um plano de ação.

Respondendo ao Conselheiro Jackson, Sr. Ivan explanou que o próprio BNDS ou bancos privados, nestes casos, e o próprio Conselho deve exigir, que seja apresentado um Plano de Ação exequível para fazer frente aos desembolsos inerentes ao empréstimo, e, justamente, é o que vamos discutir no próximo item da pauta, ou seja, Plano de Recuperação. Caso contrário será como o Conselheiro externou, entra por um lado e sai pelo outro, assim como ocorreu com outras ações solicitadas por Diretorias anteriores e as dívidas continuaram se acumulando.

Retomou a palavra o Sr. Claudio Lipai: A pauta contempla também discussão sobre a contratação de consultoria especializada para implementação de um Plano de Ação para o curto, médio e longo prazo. Portanto, não se trata de uma aprovação de empréstimos, e sim, autorização do plenário para que avancemos na busca de propostas com base em nossa necessidade imediata para posterior deliberação do Conselho. Para finalizar peço aos presentes que, aqueles que concordarem permaneçam sentados e os que não concordarem fiquem em pé. Portanto, o **item 5 da pauta: Deliberação sobre busca de recursos financeiros para subsidiar déficit de caixa ocasionado pela Pandemia conforme autorizam os Artigos 79 § 2º e 81 do Estatuto Associativo foi aprovado por unanimidade.**

Em seguida passou-se ao **item 6 da pauta: Deliberação para fins de implantação de procedimento de recuperação dos Associados contribuintes inadimplentes.** Mesmo considerando que estratégias de recuperação de associados é competência da Diretoria Executiva, dado o cenário de pandemia, e a diminuição da arrecadação devido o fechamento do Clube durante o período, e, por outro lado, a perda de receitas dos nossos Associados, julgamos oportuno adotarmos um Plano de Recuperação para o retorno dos Associados que se ausentaram do Clube por motivos diversos. Atualmente a Secretaria propõe um parcelamento que são adicionadas as contribuições mensais vigentes, ou seja, o associado passa a acumular dois pagamentos simultaneamente e a opinião geral é que os valores são difíceis de serem cumpridos.

Porém, foi protocolado no Conselho através da Diretoria Executiva o Ofício AVJ 197/2021 de 19/02/2021 informando sobre o item 6 da pauta e a negativa da própria Diretoria Executiva em acatar qualquer decisão do Conselho Deliberativo relacionada a Recuperação de Associados. O documento será lido e transcrito nesta Ata a seguir: Prezados Senhores, a convocação da reunião desse Egrégio Conselho Deliberativo em seu item 6º trata da recuperação de associados contribuintes inadimplentes, considerando que essa deliberação possa consistir na concessão de anistia aos inadimplentes, serve a presente para comunicar que estatutariamente essa Diretoria Executiva não é obrigada a acolher qualquer decisão nesse sentido já que o referido assunto deverá partir de ato da Diretoria e não do Conselho Deliberativo. De qualquer forma no concernente a contratação de consultoria especializa, com vista a organização de um plano diretor ressaltamos que, na eventualidade de ser aprovada essa diretoria esclarece que não promoverá pagamento nesse sentido, salientando que as receitas do clube mal estão suportando as suas despesas fixas o que não se adequa a esta possível destinação. Atenciosamente, Presidente da Diretoria Executiva, Antônio Ruiz Gonzalez. Estranhamos esse documento, afirmação diferente do que foi acordado na reunião do dia 12/02/2021. Com certeza falta uma assessoria mais eficaz e qualificada junto a Diretoria Executiva que possa fornecer subsídios para ações e/ou decisões da própria Diretoria Executiva. Porém, deliberado pelos presentes, prontamente encaminharemos para análise da Diretoria Executiva uma proposta a respeito do tema.



Página 15 de 19



BOLETOS (Contribuição Associativa + Departamentos + Garagens)			Arrecadação
Ponto de Equilíbrio	Contribuintes	Remidos	Necessária
3.000 Boletos	2000	1000	R\$1.000.000,00
Encaminhados - Jan/21	Contribuintes	Remidos	Prevista
1944 Boletos	1420	524	R\$500.000,00
Boletos efetivamente pagos	Contribuintes	Remidos	Efetiva
1.158 Boletos	825	333	R\$360.090,00

Em um cenário normal, como na década passada, encaminhávamos próximo de 3500 boletos com previsão de retorno de 3.000 boletos envolvendo contribuições associativas e taxas departamentais. Com o passar dos anos essa média foi diminuindo devido o desinteresse pelo associado no Clube, talvez pela falta de opções de lazer e entretenimentos, além da qualidade dos serviços oferecidos.

Neste último mês, apesar do cenário da pandemia, encaminhamos aos Associados 1.944 boletos, sendo que foram quitados 1.158 boletos perfazendo uma arrecadação de R\$ 360.090,00, valor que está distante da nossa necessidade para cobrir custos operacionais. O retorno dos Associados é uma condição única para o aumento da arrecadação, pois no retorno são agregados valores obtidos pelas taxas departamentais, carteiras e exames médicos, utilização dos bares e consequente pagamento do aluguel do espaço, entre outros. A seguir o Conselheiro Daniel Tury apresentará uma proposta de recuperação de associados.

Pediu a palavra o Conselheiro Marcello Lourenço Betone: Minha opinião pessoal é que uma anistia prejudicaria aquele que contribuiu e ajudou o Clube. Porém existe uma forma, criarmos alguns benefícios ou descontos futuros. Sr. Claudio Lipai pediu a palavra e informou que a proposta apresentada pelo Conselheiro Daniel Tury contempla alguns benefícios para os associados pontuais. Conselheiro Marcello Lourenço Betone: Ainda não tomei conhecimento dessa proposta, temos que tomar cuidado para não conflitar com a Diretoria Executiva. Porém se propusemos um plano de recuperação que nos traga aumento de receitas, caso a Diretoria se negue a cumpri-la com justificativas sem fundamentos, aí sim, partiríamos para um outro caminho. Todos nós, queremos o Clube rodando com uma grande quantidade de associados e evitar sofrimentos para essa Diretoria. Vamos encaminhar uma proposta e aguardar um retorno com base em números e documentado.

Em seguida passou-se a palavra ao Conselheiro Daniel Tury: A ideia do plano é a seguinte, no início da pandemia as coisas ainda estavam bem, mas o grande problema foi a perda de associado, então vamos trazer o associado de volta que você recupera aquele caixa e ainda o plano ele obriga o associado a ser associado por um período de no mínimo 10 meses. A apresentei esse plano em julho e agora reapresentei com o aval do Conselho Deliberativo. O plano tem 3 categorias, a de adimplentes, aqueles que conseguiram pagar durante a pandemia eles vão ser agraciados com um departamento, por exemplo, um associado pagou 2 mil durante a pandemia, ele vai poder fazer natação, jogar tênis, isso é um exemplo. Eu conheço alguns Clubes que fizeram isso e deu certo, lá no Palmeiras eles fizeram o seguinte, eles tem os restaurantes próprios, aqueles associados que ajudou durante a pandemia ele ganhou ticket na lanchonete, aqui a gente não tem lanchonete própria, então por isso parti para a ideia do que a gente tem a oferecer, mas qual é a chance desse cara que não faz nada continuar depois, um exemplo que ele decide fazer natação, ele faz durante 3 meses, será que se ele gostar ele vai parar de pagar, eu acho que ele vai continuar. O custo do departamento ainda existe, então é uma forma dele ser agraciado e o custo do que vai aumentar, por 3 meses a gente vai deixar de receber esse departamento, esse é o adimplente. Os inadimplentes, a ideia é que o associado volte rápido então ele tem o mês de março, abril e maio, então em março ele vai ter 80%



de desconto da dívida que ele tem, vai pagar 20% do que ele deve, vai continuar pagando normal a mensalidade imediatamente, mas ele vai ter a obrigação de ser associado por mais 10 meses. Isso pode ser mudado tanto pela Diretoria Executiva quanto pelo Conselho Deliberativo ou por vocês plenário, então esse desconto é para ele ficar por 10 meses, mas se ele quiser ficar só por 6 meses então o desconto é menor e por aí vai. Se ele voltar em março ou abril, daí o desconto não pode ser mais de 80% porque a gente precisa de um retorno rápido, e o ideal é que tenha contribuição do remido durante esses 3 meses de R\$ 100,00, porque o meu plano ele envolvia a contribuição dos remidos e em troca vinha esse plano de recuperação do associado. Basicamente é isso, esse é o plano e quero ressaltar aqui que dois conselheiros que fizeram uma lista de associados inadimplentes com aproximadamente 150 nomes imaginem quantos associados vão retornar para o Clube se houver uma publicação disso nas mídias. Então essa é a sugestão.

Retomou a palavra o Sr. Claudio: Para encerrarmos este item da pauta, encaminharemos uma proposta de recuperação de associados para a Diretoria Executiva e aguardaremos o retorno com maior brevidade possível. Neste caso, não necessitamos aprovar ou deliberar o item da pauta. Em breve convocaremos uma nova reunião relacionada a previsão orçamentária e até lá, com certeza, teremos o retorno da Diretoria Executiva.

Em seguida, Sr. Ivan passou a discorrer sobre **o item 7 da pauta: Deliberação sobre contratação de consultoria especializada com vistas à implantação de um Plano Diretor para o curto, médio e longo prazo, conforme determina o artigo 52 do Estatuto Associativo**: Em reunião do Conselho Deliberativo, devido a problemas financeiros que já enfrentávamos, foi aprovado a criação do chamado Comitê de Crise. Formados por Conselheiros e Associados, em sua maioria, especialistas nas respectivas áreas, e, alguns conhecedores e especialistas em Gestão. Reuniram-se algumas vezes, e, após explanações, diagnósticos e discussões sobre a crise enfrentada pelo Clube, concluíram que o melhor para o Clube é a Implementação de um Plano Diretor a Curto, Médio e Longo prazo através de uma Consultoria externa por não ter os nossos vícios comuns. Duas Consultorias especializadas em Clubes Esportivos encaminharam suas respectivas propostas. Logicamente, ambas com custos inerentes a implantação, e uma delas, possivelmente com proposta de recebimento somente no final da implantação através dos resultados obtidos, enquanto a outra Consultoria não se manifestou a respeito de valores. E, devido ao cenário da pandemia essas propostas não foram apresentadas ao Conselho e a Diretoria Executiva, pois, julgou-se que não seria o melhor momento para fazê-lo, além da inexistência de especialistas e a necessidade de identificar recursos para sua implantação.

Ainda sobre o item da pauta, Sr. Ivan pediu permissão aos presentes para leitura de documento encaminhado por um dos integrantes do Comitê de Crise, Conselheiro Ângelo Agarelli que não pode estar presente e julga o tema de muita importância para o desenvolvimento do Clube. Após a leitura chamaremos aqui na mesa o nosso ilustre Associado Afonso Ribeiro Mieli, especialista em Consultoria em Gestão para Empresas, também faz parte do Comitê de Crise, a fim de explanar sobre a necessidade e vantagens da implementação de um Plano Diretor para o Curto, Médio e Longo Prazo.

Carta encaminhada pelo Conselheiro Ângelo Agarelli: São Paulo, 22 de fevereiro de 2021. Ilmo. Sr. Ivan Antipov - DD. Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Juventus. Senhor Presidente, Diante da impossibilidade de comparecer a reunião desse egrégio Conselho a ser realizada nesta data e em vista da relevância dos assuntos a serem tratados, tomo a liberdade de manifestar, através desta, a minha opinião a respeito de alguns dos assuntos a serem abordados. Nos últimos anos, tem sido comum as Diretorias Executivas trazerem ao conhecimento do Conselho o desequilíbrio financeiro do Clube, que vem se acumulando mês a mês. Por várias vezes, visando cumprir com os compromissos financeiros



acumulados, a Diretoria tem trazido ao Conselho pedido de celebração de empréstimos, venda de títulos remidos e cobrança de contribuição de remidos, alegando que, caso a solicitação não seja atendida, o Clube poderá ir à falência, deixando os Conselheiros pressionados a atender o solicitado. Em nenhuma dessas ocasiões foi apresentado um Plano de Recuperação que pudesse reverter a situação, apenas protelando uma eventual solução para o surgimento de uma possível parceria que, na prática, nunca aconteceu. Na verdade, há tempos que o Clube não conta com um Planejamento Estratégico. Os chamados Programas de Governo elaborados para concorrerem às eleições, trazem soluções apenas visando a eleição, sendo esquecidos posteriormente. Assim, vejo como indispensável a elaboração urgente de um Plano Diretor ou Planejamento Estratégico a ser elaborado por uma Consultoria Especializada que enxergará o Clube sem a paixão e vícios que, na maioria das vezes, orienta as decisões de nós, Conselheiros. Tenho certeza de que essa Consultoria Externa trará enormes benefícios ao Juventus, inclusive na modernização de suas atividades visando atrair um considerável número de novos Associados. Assim, entendo que os itens 4 e 5 do Edital de Convocação da reunião devam ficar condicionados a apresentação de um Plano de Recuperação do C.A. Juventus o qual deve incluir a implantação de procedimentos visando a recuperação de associados inadimplentes. Espero ter contribuído, apresento meus cumprimentos. Ângelo Eduardo Agarelli – Conselheiro.

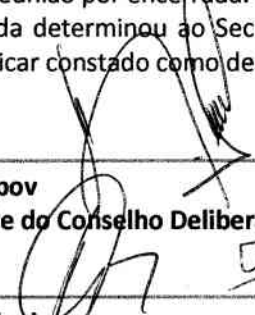
Em seguida, Sr. Ivan passou a palavra ao Associado Sr. Afonso Ribeiro Mieli: Boa noite, satisfação enorme estar aqui. Estou revendo meus amigos de longa data. Passarei a vocês um pouco da minha experiência, e, de certa forma, participando também da reunião. Elaborar ou implantar um Plano Diretor nada mais é do que você buscar um caminho que possa segui-lo e que as pessoas sejam absolutamente concordantes com aquele caminho que foi discutido e foi consensado. Antes, necessário elaborarmos um diagnóstico para descobrirmos nossos pontos fracos, nossos pontos fortes. Se ficarmos fixados somente nos números contábeis da empresa, podemos cair em erros. Temos que nos aprofundar e buscar os problemas que estão escondidos, fora dos números. Mesmo empresas que tem uma organização gerencial, setores de qualidade, entre outros, sempre buscam ajuda externa e o CAJ não pode ser diferente. Analisando os números expostos na tela fica muito claro a necessidade de ajuda externa. A Consultoria externa visualizará o Clube por vários aspectos e que nós não conseguimos visualizar. O Clube necessita aumentar sua arrecadação, antes de buscar recursos externos, obrigatoriamente, deverá saber o local que os recursos externos serão alocados, quais são os desejos do Clube e de seus Associados que é o bem maior, elaborar diagnósticos com as respectivas prioridades. O nosso Clube necessita urgentemente de diagnóstico realizado por pessoas que não estão no nosso ambiente. Se realizado por nós, manteremos os vícios que já se tornaram cultura no CAJ. Quando contratados, especialistas, atuarão sem a emoção, além de se certificarem se o Plano Diretor adotado atenderá ao que se propõe. As pessoas atuantes no Plano têm a capacidade de execução. Geralmente, as pessoas que vivem o Clube diariamente, nas áreas administrativas não são capazes de implantar um Plano de Ação. As Consultorias executam ou orientam desde a execução e implantação de um planejamento. É muito importante analisarmos as Consultorias que se apresentam, verificar se possuem a especialidade proposta. Também, muito importante, a Diretoria Executiva, caso não concorde com a implantação, praticamente, esse plano será impossível de ser executado, pois a Executiva é justamente onde será mais afetada. Também, importantíssimo, que o Planejamento contemple o curto, médio e o longo prazo. Outra dica importante, visitar os Clubes que passaram pelos mesmos problemas, ou os que nunca passaram, precisamos sair da zona de conforto se quisermos manter o Clube em sua plenitude. Minha experiência na Diretoria de uma Consultoria, percebe-se que aquele que vem de fora tem as soluções que as vezes os que estão dentro não conseguem visualizar, ou seja, corta-se ou encurta-se o caminho que você normalmente utiliza no dia a dia. Enfim, a Consultoria externa é de suma importância na implantação de um Plano Diretor. Ouvi alguns comentários de Conselheiros de como trazer o Associado de volta. Temos que tomar muito cuidado, pois voltando o Associado não encontrara bons aspectos, ou seja,



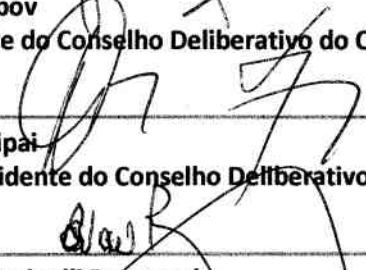
temos que nos preocupar com o Clube que ele encontrará no retorno. Conseguiremos mantê-lo? O Plano Diretor Juventus 100 anos é projetar o Clube para frente, antes temos que projetar uma matriz de gravidade com urgência e inteligência. Bem, essas são algumas recomendações, e, repetindo, muito importante que a Diretoria Executiva aceite essa ajuda e a recomendação a vocês é que pensem em um Plano Diretor a Curto, Médio e Longo Prazo, precisamos muito, obrigado e uma boa noite a todos!

Finalizando a reunião, Sr. Claudio Lipai informou que o Conselho Deliberativo tem em mãos duas propostas de consultoria relacionada a implementação de um Plano Diretor. Em uma próxima reunião serão apresentadas, ambas, com detalhes. Diante do que foi dito e explanado relativo ao **o item 7 da pauta: Deliberação sobre contratação de consultoria especializada com vistas à implantação de um Plano Diretor para o curto, médio e longo prazo, conforme determina o artigo 52 do Estatuto Associativo**, por unanimidade foi aprovado as respectivas apresentações futuras para os Conselheiros e Diretoria Executiva, dando a reunião por encerrada. Sr. Ivan agradeceu a presença de todos.

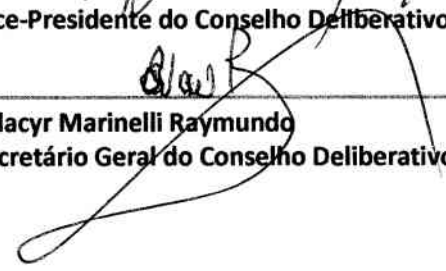
Em seguida determinou ao Secretário a lavratura da presente Ata, o que foi feito para que tudo nela pudesse ficar constado como de fato fica. São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.



Ivan Antipov
Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Juventus



Claudio Lipai
Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Juventus



Odacyr Marinelli Raymundo
Secretário Geral do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Juventus